Intervenção Pública nos Mercados:

- Considerações de justiça social, de solicitude pelos mais desfavorecidos, pelos mais explorados e pelos excluídos no jogo da economia

- O rendimento atribuído a todos os participantes no «jogo da economia» deveria ser proporcional ao esforço e habilidade aplicados por ele na produção de bens e serviços para os quais existe procura no mercado (mas quem está incapacidade de contribuir para a produção de bens e serviços não deve ser excluído)

- Num curto prazo, os trabalhadores podem ter enfrentar a pobreza, a luta pela sobrevivência devido às mudanças de solicitações do consumo, mas a longe prazo realinha-se de novo o interesse nas trocas

Incentivo à actividade económica: busca individual de vantagens e de proveitos desiguais, num ambiente de liberdade

- No entanto, o Estado não deve deixar que a livre manifestação desses incentivos em que o mercado se baseia destrua, por sua vez, os seus próprios alicerces

- Financiamento público sustenta aqueles que estão em situações de exclusão e de carência (baseado em receitas fiscais, retirando rendimentos aos particulares - diminui-lhes o incentivo para produzir e poupar, o que os leva a trabalhar e poupar menos, o que agravará a pobreza)

- Não existe verdadeira liberdade económica – existe um quadro normativo e organizado que assegura justiça e segurança nas trocas, promovendo a eficiência do circuito económico sempre que o mercado falha.